

"DISPOSIÇÃO SOBRE O SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O sistema de classificação de cargos e funções do serviço público do Município de Noema é o estabelecido por esta lei.

Art. 2º - Para os efeitos deste lei, considera-se:

I - Cargos públicos - conjunto de atribuições e tarefas desempenhadas por uma pessoa dentro de uma estrutura organizacional, criado por lei, com denominação própria, e pago pelos cofres públicos;

II - Função pública - atribuição ou conjunto de atribuições que a Administração confere a cada categoria profissional, ou comete individualmente a determinados servidores, para a execução de serviços;

III - Classe - agrupamento de cargos da mesma profissão, e com idênticas atribuições, responsabilidade e encargos;

IV - Carreira - agrupamento de classes de mesma profissão ou atividade, escalonadas segundo a hierarquia do serviço, para acesso privativo dos titulares dos cargos que a integram;

V - Quadro - conjunto de carreiras, cargos e funções de um mesmo serviço, ou Órgão;

VI - Loteação - número de servidores que devem exercer em cada repartição ou serviço;

VII - Movimento - ato pelo qual se efetua o preenchimento do cargo público, ou função pública, com a designação do seu titular.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA DOS CARGOS E FUNÇÕES

Art. 3º - quanto à natureza, os cargos se classificam em:

I - Efetivos - os integrantes das classes, provisões em caráter permanente;

II - Em comissão - o que é provido em caráter transitório, para desempenho de atividades de direção superior, chefia, assessoramento e execução, de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal.

Art. 4º - As funções de direção e chefia são, quanto à natureza, exclusivamente em comissão, provisões em caráter transitório, para desempenho de atividades de direção, chefia, assessoramento e execução, de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS

Art. 5º - O serviço público do Município de Mossoró é integrado pelos seguintes quadros:

I - quadro dos cargos de provimento efetivo;

II - quadro dos cargos de provimento em comissão;

III - quadro das funções de direção e chefia.

CAPÍTULO IV

DO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Art. 6º - O provimento das funções que compõem o QUADRO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO far-se-á mediante recrutamento geral ou mediante recrutamento preferencial.

Art. 7º - O recrutamento geral será feito para provimento das cargos mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 8º - O recrutamento preferencial será feito para o provimento, por acesso, ascensão, progressão ou promoção, para os cargos de carreira.

Parágrafo Único - Nos casos em que, aberta a inscrição para recrutamento preferencial não se apresentem candidatos, ou, apresentando-se, não logrem aprovação em número suficiente para o preenchimento das vagas existentes, recorrer-se-á ao recrutamento geral.

Art. 9º - O provimento dos CARGOS EM COMISSÃO, em percentual correspondente a no mínimo 20% (vinte por cento), far-se-á, livremente, pelo Prefeito Municipal, através de nomeação, independentemente de concurso público, mediante ato próprio, observados os requisitos legais e regulamentares, dentre ocupantes dos cargos de carreira.

Art. 10 - O provimento dos CARGOS EM COMISSÃO, em percentual correspondente a no máximo 80% (oitenta por cento), far-se-á, livremente, pelo Prefeito Municipal, através de nomeação, independentemente de concurso público, mediante ato próprio, dentre quaisquer pessoas, observados os requisitos legais e regulamentares.

Art. 11 - O provimento das FUNÇÕES DE DIREÇÃO, em percentual correspondente a no mínimo 50% (cinquenta por cento), far-se-á pelo Prefeito Municipal, através de nomeação, observado o processo seletivo, critério da rotatividade e sistema de avaliação específico, dentre ocupantes dos cargos de carreira da Prefeitura Municipal de Moema.

Art. 12 - O provimento das FUNÇÕES DE DIREÇÃO, em percentual correspondente a no máximo 50% (cinquenta por cento), far-se-á pelo Prefeito Municipal, livremente, dentro quaisquer pessoas, independentemente de se tratar de funcionário público mediante ato próprio, observados os requisitos legais e regulamentares.

Art. 13 - O provimento das FUNÇÕES DE DIREÇÃO, em sua totalidade, far-se-á por ocupantes de cargos de carreira, observados o processo seletivo, critérios de rotatividade e sistema de avaliação específico, mediante designação por acesso pelo Prefeito Municipal.

Capítulo V

DE CRUTAMENTO

Art. 14 - Os ocupantes de cargos pertencentes a quadros ou tabelas permanentes dos atuais planos de cargos da Prefeitura Municipal de Neópolis, poderão ingressar por transposição nos cargos criados por esta Lei, mediante opção e desde que:

I - estejam lotados ou em exercício nos órgãos na data da publicação desta Lei;

II - haja compatibilidade das atribuições do cargo com aquelas do cargo implantado por esta Lei; e,

III - preencham os demais requisitos exigidos para o enquadramento.

Art. 15 - O enquadramento será efetivado por uma Comissão Especial, composta de cinco (05) membros, todos servidores públicos municipais, designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 16 - No enquadramento de que cogita este capítulo, pode o servidor ser dispensado dos requisitos básicos constantes da descrição da respectiva classe, no novo plano, salvo quando se tratar de classe do nível superior de escolaridade ou de exigência legal.

Art. 17 - No procedimento de enquadramento a remuneração a ser percibida pelo servidor será aquela correspondente ao padrão estabelecido por esta Lei, considerando-se a diferença, a maior ou a menor, porventura existente como mera correção para efeito de implantação do Plano.

Art. 18 - Os servidores que não fizerem opção para enquadramento no novo Plano de Cargos, ficarão fazendo parte de um quadro a parte, extinguindo-se os cargos respectivos à medida que vagarem.

Art. 19 - Ficam extintos todos os cargos de provimento efetivo atualmente existentes no serviço público municipal de Neópolis, com a ressalva prevista no artigo antecedente e no artigo seguinte.

Art. 20 - Os cargos em que não couber o enquadramento previsto nesta Lei, ficarão fazendo parte integrante do quadro previsto no artigo 18, desta Lei, sendo automaticamente extintos à medida que vagarem.

CAPÍTULO I

SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO

Art. 21 - A organização do Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo vincula-se aos fins do Município, estruturando-se em serviços destinados ao atendimento das funções essenciais e gerais, necessárias à consecução daquelas fins.

Art. 22 - A sistemática do Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo, se processa em função de quatro níveis : aduacionais, fixados segundo a complexidade dos serviços do Município, e cabem:

NÍVEL IV - Trabalhos altamente qualificados e complexos. Formação de nível superior, complementado, quando necessário, por curso de especialização ou aperfeiçoamento em determinados setores técnicos. Para as tarefas de assessoramento e planejamento, ainda, experiência comprovada no trato de questões complexas de administração pública.

NÍVEL III - Funções administrativas complexas. Formação correspondente ao segundo grau completo, suplementado, quando for o caso, por especialização ou treinamento. Funções técnicas cujo exercício dependa de certificado de conclusão de segundo grau fornecido pela instituição respectiva. Funções de magistério de primeiro grau, com formação correspondente, em escola oficial ou reconhecida.

NÍVEL II - Funções administrativas ou técnicas de relativa complexidade. Formação correspondente ao primeiro grau completo, suplementado, quando for o caso, por conhecimentos especializados. Nível de conhecimento correspondente ao primeiro grau incompleto, quando suplementado pelo aprendizado profissional necessário, adquirido mediante curso ou aprendizado prático por mais de dois (02) anos.

NÍVEL I - Trabalho geralmente de rotina, de pouca complexidade. Instrução de nível correspondente ao curso de primeiro grau incompleto, sem experiência ou habilidades especiais, suplementado, em certos casos, por alguma experiência.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DO QUADRO

Art. 23 - A estrutura básica do Quadro dos Cargos de Poderamento Efetivo, segundo o sistema classificado de cargos adotado, constitui-se dos seguintes serviços:

- I - Gabinete do Prefeito
- II - PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS
- III - ADMINISTRATIVO
- IV - JURÍDICO
- V - EDUCAÇÃO E CULTURA
- VI - SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
- VII - OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS
- VIII - TRANSPORTES E OFICINAS
- IX - ESPORTES, LAZER E TURISMO
- X - AGRICULTURA E PECUÁRIA

Art. 24 - As classes de cargos são distinguidas nos diversos serviços, observadas as características próprias de cada nível.

Art. 25 - São criados, no Quadro dos Cargos de Poderamento Efetivo, os seguintes cargos:

I - GABINETE DO PREFEITO

NÍVEL	DENOMINAÇÃO DAS CLASSES	GRAU CÔNICO	NR. CARGOS
IV		-	-
V	Assistente Administrativo	A 1.3.01.04.07	01
V	Agente Serv. Administrativo	C 1.2.01.07.06	01
V	Agente Serv. Administrativo	B 3.2.01.07.05	01
V	Agente Serv. Administrativo	A 1.2.01.07.04	01
V	Técnico, Serv. Administrativo	C 1.1.01.13.01	01

II - PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS

NÍVEL	DENOMINAÇÃO DAS CLASSES	GRAU CÔNICO	NR. CARGOS
IV	Técnico Nível Superior	A 1.4.02.01.13	01
V	Técnico Nível Médio	C 1.3.02.03.09	01
V	Técnico Nível Médio	B 1.3.02.03.08	01
V	Técnico Nível Médio	C 1.3.02.03.07	01
V	Agente Fiscal	C 1.2.02.11.06	01

	Agente Fiscal	S	1.2.02.11.07	02
	Agente Fiscal	A	1.2.02.11.06	03
	Agente Serv. Administrativo	C	1.2.02.07.06	02
	Agente Serv. Administrativo	S	1.2.02.07.05	03
	Agente Serv. Administrativo	E	1.2.02.07.04	05
I	Auxiliar Serv. Administrativo	A	1.1.02.13.01	10

III - ADMINISTRATIVO

	NÍVEIS DENOMINAÇÃO DAS CLASSES	GRAU	CÓDIGO	Nº CARGOS
IV	-	-	-	-
III	Técnico Nível Médio	C	1.3.03.03.09	01
	Técnico Nível Médio	S	1.3.03.03.08	01
	Técnico Nível Médio	A	1.3.03.03.07	01
	Assistente Administrativo	C	1.3.03.04.09	02
	Assistente Administrativo	S	1.3.03.04.08	02
	Assistente Administrativo	A	1.3.03.04.07	03
II	Agente Serv. Administrativo	C	1.2.03.07.06	01
	Agente Serv. Administrativo	S	1.2.03.07.05	02
	Agente Serv. Administrativo	A	1.2.03.07.04	03
I	Aux. Serv. Administrativo	C	1.1.03.13.03	03
	Aux. Serv. Administrativo	S	1.1.03.13.02	05
	Aux. Serv. Administrativo	A	1.1.03.13.01	07

IV - JURÍDICO

	NÍVEIS DENOMINAÇÃO DAS CLASSES	GRAU	CÓDIGO	Nº CARGOS
IV	-	-	-	-
III	-	-	-	-
II	Agente Serv. Administrativo	A	1.2.04.07.04	01
I	-	-	-	-

V - EDUCACAO E CULTURA

	NÍVEIS DENOMINAÇÃO DAS CLASSES	GRAU	CÓDIGO	Nº CARGOS
IV	Especialista Educacional	C	1.4.05.02.12	01
	Especialista Educacional	S	1.4.05.02.11	01

	Especialista Educacional	A	1.4.05.02.10	01
III	Professor	B	1.3.05.06.09	02
	Professor	B	1.3.05.06.08	03
	Professor	B	1.3.05.06.07	05
II	Agente Serv. Administrativo	C	1.2.05.07.06	01
	Agente Serv. Administrativo	D	1.2.05.07.05	03
	Agente Serv. Administrativo	A	1.2.05.07.04	05
I	Servente Escolar	C	1.1.05.16.03	02
	Servente Escolar	B	1.1.05.16.02	03
	Servente Escolar	A	1.1.05.16.01	05
	Auxiliar Serv. Administrativo	C	1.1.05.13.03	01
	Auxiliar Serv. Administrativo	B	1.1.05.13.02	03
	Auxiliar Serv. Administrativo	A	1.1.05.13.01	05

VI - SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DAS CLASSE	GRAU	CÓDIGO	Nº CARGOS
IV	Técnico Nível Superior	A	1.4.06.01.13	10
III	"	-	-	-
II	Agente Serv. Administrativo	396,75C	1.2.06.07.05	02
	Agente Serv. Administrativo	440,00B	1.2.06.07.05	03
	Agente Serv. Administrativo	528,47	1.2.06.07.04	05
I	Auxiliar Serv. Administrativo	C	1.1.06.13.03	05
	Auxiliar Serv. Administrativo	B	1.1.06.13.02	10
	Auxiliar Serv. Administrativo	A	1.1.06.13.01	15

VII - OBRAS, ESTRIAGENS E TECNICOS

NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DAS CLASSE	GRAU	CÓDIGO	Nº CARGOS
IV	Técnico Nível Superior	A	1.4.07.01.13	03
III	Técnico Nível Médio	A	1.3.07.03.07	02
	Mestre de Obras	A	1.3.07.05.07	02
II	Operador de Máquinas	B	1.2.07.08.05	03
	Operador de Máquinas	B	1.2.07.08.07	106
	Agente Serv. Administrativo	A	1.2.07.07.04	02
	Oficial Serv. Pùblico	C	1.2.07.12.06	05
	Oficial Serv. Pùblico	B	1.2.07.12.05	10
	Oficial Serv. Pùblico	B	1.2.07.12.04	15
I	Auxiliar Serv. Pùblico	C	1.1.07.14.03	05
	Auxiliar Serv. Pùblico	B	1.1.07.14.02	10
	Auxiliar Serv. Pùblico	A	1.1.07.14.01	25 (05)

Auxiliar Serv. Administrativo

1.1.07.13.01

02

VIII - TRANSPORTES E OFICINAS

NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DAS CLASSES	GRAU	CÓDIGO	NR. CARGOS
IV	-	-	-	-
III	-	-	-	-
II	Mecânico	B	1.2.08.10.08	01
	Mecânico	A	1.2.08.10.07	01
	Motociclista	C	1.2.08.09.08	03
	Motorista	B	1.2.08.09.07	05
	Motorista	A	1.2.08.09.06	07
I	Auxiliar Mecânico	A	1.1.08.15.03	02

IX - ESPORTES, LAZER E TURISMO

NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DAS CLASSES	GRAU	CÓDIGO	NR. CARGOS
IV	Técnico Nível Superior	A	1.4.09.01.13	02
III	-	-	-	-
II	Agente Serv. Administrativo	C	1.2.09.07.06	01
	Agente Serv. Administrativo	B	1.2.09.07.05	02
	Agente Serv. Administrativo	A	1.2.09.07.04	03
I	Auxiliar Serv. Administrativo	C	1.1.09.13.03	02
	Auxiliar Serv. Administrativo	B	1.1.09.13.02	03
	Auxiliar Serv. Administrativo	A	1.1.09.13.01	05

X - AGRICULTURA E PECUÁRIA

NÍVEIS	DENOMINAÇÃO DAS CLASSES	GRAU	CÓDIGO	NR. CARGOS
IV	Técnico Nível Superior	A	1.4.10.01.13	02
III	Técnico Nível Médio	B	1.3.10.03.07	02
II	Operador de Máquinas	B	1.2.10.03.07	02
	Agente Serv. Administrativo	-	1.2.10.07.04	01
	Oficial Serv. Púlico	A	1.2.10.12.04	03
I	Auxiliar Serv. Administrativo	C	1.1.10.13.01	01
	Auxiliar Serv. Púlico	C	1.1.10.14.03	03
	Auxiliar Serv. Púlico	B	1.1.10.14.02	05
	Auxiliar Serv. Púlico	A	1.1.10.14.01	07

art. 26 - o código de identificação estabelecido para as classes de cargos criados no artigo anterior tem a constituição e conformidade com o disposto no art. 35 deste lei.

TÍTULO III

DA AÇÃO PENSAMENTO DE ALIMENTOS E DA SUA

CONSTITUIÇÃO

ARTIGO 27

art. 27 - o valor dos cargos do provimento é fixado em questão ao atendimento de encargos de viagem e esclarecimento, em élevé nível elevado de organização administrativa.

art. 28 - Os seguintes títulos de carreiras em operação existentes no serviço público judicial da Fazenda.

1º TÍTULO - O TÍTULO DE CONSELHEIRO

	CÓDIGO
1º Conselheiro Departamental - Leitura Pública A	
2º Conselheiro Distrital -	2.3.02.00.15
3º Conselheiro Local - Conselheiro Administrativo	2.3.03.00.15
4º Conselheiro Conselheiro Juiz de Paz	
5º Conselheiro Juiz de Paz -	2.3.05.00.15
6º Conselheiro Juiz de Paz - Conselheiro Juiz de Paz	
7º Conselheiro Juiz de Paz - Conselheiro Juiz de Paz	2.4.06.00.15
8º Conselheiro Juiz de Paz - Conselheiro Juiz de Paz	2.4.07.00.15
9º Conselheiro Juiz de Paz - Conselheiro Juiz de Paz	2.4.08.00.15
10º Conselheiro Juiz de Paz - Conselheiro Juiz de Paz	2.4.09.00.15
11º Conselheiro Juiz de Paz - Conselheiro Juiz de Paz	2.4.10.00.15
12º Conselheiro Juiz de Paz - Conselheiro Juiz de Paz	2.4.11.00.15

art. 29 - O valor do conselheiro administrativo autorizado para exercer atribuições previstas no artigo 28 é constituição e conformidade com a determinada no artigo 27 desta lei.

TÍTULO IV

ANEXO V - TÍTULO VI - TÍTULO II - TÍTULO III

CHAFARIZ DA CÂMARA MUNICIPAL

SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO

vii. 31 - É vedado das Funções de Direção e Chefia ao destino do estabelecimento de memória da direção e desempenho, em plano de nível interregional na organização administrativa.

viii. 32 - São extintas todas as Funções gratificadas existentes no serviço público municipal de Poá.

ix. 33 - É o seguinte o quadro das Funções de Direção e Chefia, estabelecido por este Lei:

I - FUNÇÕES DE DIREÇÃO

<u>Função</u>	<u>Classificação</u>	<u>Cód. PRC</u>
01 Diretor da Divisão de Serviços Sociais	3.2.03.00.14	
01 Diretor de Divisão de Capacitação	3.2.02.00.14	
01 Diretor da Divisão de Tesouraria	3.2.02.00.14	
01 Diretor da Divisão de Segurança	3.2.02.00.14	
01 Diretor da Divisão de Planejamento	3.2.02.00.14	
01 Diretor da Divisão de Desportos		
Sedanamento Físico	3.4.04.01.14	
01 Diretor da Divisão da Assistência Social	3.2.04.00.14	
01 Diretor da Escola Municipal	3.2.03.00.14	
01 Diretor da Biblioteca Municipal	3.2.03.00.14	
01 Diretor da Juventude Municipal	3.2.03.00.14	
01 Diretor das Escolas Municipais	3.4.01.00.14	

II - FUNÇÕES DE CHEFIA

<u>Função</u>	<u>Classificação</u>	<u>Cód. PRC</u>
02 Chefe do Setor de Incentivo	3.2.03.00.00	
01 Chefe de Seção de Patrimônio e Patrimônio	3.2.03.00.00	
01 Chefe de setor de Controle e Arquivo	3.2.03.00.00	
01 Chefe do setor de Tributário e Operações	3.1.03.00.00	
01 Chefe do setor de Recursos e Finanças	3.2.03.00.00	
01 Chefe de setor de Licitações	3.2.03.00.00	
01 Chefe da Setor de Controle Financeiro e Controle de rendas	3.2.03.00.00	
01 Chefe do setor de Fiscalização e Inspeção	3.2.03.00.00	
01 Chefe do setor de Administração	3.2.03.00.00	
01 Chefe do setor de Finanças e Contabilidade	3.2.03.00.00	
01 Chefe do setor de Finanças Fiscais	3.2.03.00.00	

01	Chefe do Setor de Material e Merenda Escolar	3.2.05.00.00
01	Chefe do Setor de Assist. ao Educande	3.2.05.00.00
01	Chefe do Setor Médico Odontológico	3.4.06.00.00
01	Chefe do Setor de Vigilância e Inspeção Sanitária	3.4.06.00.00
+ 01	Chefe do Setor de Limpeza Urbana e Saneamento	3.1.06.00.00
01	Chefe do Setor de Assistência Social	3.1.06.00.00
01	Chefe do Setor de Orientação	3.1.06.00.00
01	Chefe do Setor de Cemitério	3.1.06.00.00
+ 01	Chefe do Setor de Serviços Públicos	3.1.07.00.00
X01	Chefe do Setor de Obras Únicas	3.1.07.00.00
01	Chefe do Setor de Redes	3.1.07.00.00
01	Chefe do Setor de Transportes	3.1.08.00.00
01	Chefe do Setor de Oficina	3.1.08.00.00
01	Chefe do Setor de Esportes	3.1.09.00.00
01	Chefe do Setor de Lazer	3.1.09.00.00
01	Chefe do Setor de Turismo	3.1.09.00.00
01	Chefe do Setor de Agricultura	3.1.10.00.00
01	Chefe do Setor de Pecuária	3.1.10.00.00
01	Chefe do Setor de Meio-ambiente	3.1.10.00.00
01	Chefe do Setor de Mercados e Feiras	3.1.10.00.00
01	Chefe do Setor de Matadouro	3.1.10.00.00

Art. 34 - O código de identificação estabelecido, tem a constituição prevista no título seguinte:

TÍTULO V
CAPÍTULO ÚNICO
DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 35 - O código de identificação estabelecido para os quadros constantes dos títulos anteriores, tem a seguinte constituição:

a) o primeiro elemento, referente ao quadro, identifica a natureza do cargo ou função:

I - cargo de provimento em efetivo, quando representado nesse dígito I;

II - cargo de provimento em comissão, quando re-

presentado pelo dígito 2;

III - função de direção e chefia, de provimento em comissão, quando representado pelo dígito 3;

b) o segundo elemento identifica o nível aduca-
cional necessário para o provimento do cargo ou função, de conformi-
dade com o disposto no art. 22 desta lei;

c) o terceiro elemento identifica o serviço em
que está lotado o servidor, de conformidade com numeração estabeleci-
da no art. 23 desta lei;

d) o quarto elemento identifica a classe fun-
cional, sendo distinto entre serviços de natureza diversa, estabele-
cida em anexo a esta lei, com numeração própria;

e) o quinto elemento identifica o padrão de
vencimento, estando escalonado de 01 (um) a 15 (quinze).

Art. 36 - O funcionário efetivo nomeado para cargo em comissão ou função de direção, poderá optar entre perceber a remuneração estabelecida para o seu padrão funcional ou a estabele-
cida para o cargo em comissão ou função de direção para o qual seja nomeado.

Art. 37 - O funcionário nomeado para função de chefia, com padrão de vencimento codificado como "00", perceberá a remuneração correspondente ao seu padrão de vencimento, acrescida de 20% (vinte por cento), sem prejuízo dos demais direitos que porventu-
ra possa ter.

Parágrafo Único - O percentual de 20% (vinte por cento) incidirá somente sobre a remuneração básica estabelecida para o padrão, não incidindo sobre as demais parcelas que integrarem a remuneração total.

Art. 38 - Não se procederá à nomeação para fun-
ção de chefia e/ou para função de direção, caso não esteja preenchido o Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo, com no mínimo três (3) funcionários subordinados diretamente ao Diretor ou Chefe.

TÍTULO VI

CAPÍTULO ÚNICO

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39 - Os cargos e funções constantes desta Lei, serão preenchidos na medida em que forem sendo implementados os Departamentos, Divisões, Seções e Setores, observadas as normas ditas

das pelo Estatuto dos Funcionários Públicos da Prefeitura Municipal de Moema e legislações aplicáveis.

Art. 40 - Compete ao órgão do pessoal expedir as apostilas consequentes desta Lei e as respectivas anotações nos registros dos funcionários.

Art. 41 - A criação de cargos, a partir da vigência desta Lei, obedecerá aos princípios nais contidos.

Art. 42 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a, por Decreto, modificar a lotação do pessoal em cada serviço, de conformidade com necessidade administrativa, obedecido o limite máximo de pessoal previsto como lotação total da Prefeitura Municipal de Moema.

Art. 43 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a baixar atos regulamentares necessários à execução desta Lei.

Art. 44 - Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Moema,
Ano 20 de setembro de 1991



DÉCIO ANUNCIAÇÃO LACERDA

* Prefeito Municipal *